

GUERRAS DO ÓPIO E OS REFLEXOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA CHINA

THE OPIUM WARS AND THEIR IMPACT ON CHINA'S INTERNATIONAL RELATIONS

Pedro Motta Cappra, Marcelo Henrique Gazolli Veronez

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Relações Internacionais, Curso de Relações Internacionais

E-mail para contato: pedrocappra@gmail.com

RESUMO – Este artigo analisa como as Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) moldaram a política externa chinesa, tendo como foco os impactos da humilhação nacional denominada “Século da Humilhação”. O objetivo consiste em mostrar o processo de transformação e ascensão da China como um dos principais atores internacionais, assim auxiliando na compreensão sobre o país e sua política externa. Este artigo emprega uma abordagem qualitativa fundamentada em um levantamento bibliográfico e documental, utilizando-se de fontes secundárias, como o livro “Sobre a China” de Henry Kissinger, e fontes primárias como os textos dos tratados de Nanjing e Tianjin. Conclui-se, portanto, a relevância do estudo sobre o “Século da Humilhação” para a compreensão do Estado Chinês.

Palavras-chave: Guerras do Ópio; Século da Humilhação; China; Tratado de Nanjing; Tratado de Tianjin.

ABSTRACT – This article analyzes how the Opium Wars (1839-1842 and 1856-1860) shaped China's foreign policy, focusing on the impacts of the national humiliation known as the "Century of Humiliation." The objective is to demonstrate China's process of transformation and rise as a major international actor, thereby aiding in the understanding of the country and its foreign policy. This article employs a qualitative approach based on a bibliographic and documentary survey, utilizing secondary sources such as Henry Kissinger's book On China, and primary sources such as the texts of the Treaties of Nanjing and Tianjin. It is concluded, therefore, that the study of the "Century of Humiliation" is highly relevant for understanding the Chinese state.

Keywords: Opium Wars; Century of Humiliation; China; Treaty of Nanjing; Treaty of Tianjin.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o clássico romance chinês Romance dos Três Reinos, “o império, há muito dividido, deve se unir; há muito unido, deve se dividir. Tem sempre sido desse modo” (LUO GUANZHONG, [séc. XIV] apud KISSINGER, 2011, p.24). Essa citação expressa um ciclo recorrente na história chinesa, de divisão e união, mas além disso, evidencia um dos elementos centrais para a compreensão da atual política externa chinesa (FAIRBANK, 1992). De acordo com Hsü (2000), o país, tradicionalmente denominado Império do Meio (*Zhongguo*), desenvolveu ao longo de milênios uma filosofia político-cultural segundo a qual seu território era o centro do universo, governado pelo “Filho do Céu”. Nessa concepção, os estrangeiros eram vistos como bárbaros e suas iniciativas comerciais interpretadas como tributos ao imperador.

Conforme Lovell (2011), essa visão, somada a fatores econômicos, como um amplo mercado interno autossuficiente, e ao confucionismo como base ideológica do Estado, consolidou um padrão de isolacionismo. Esse padrão gerou atritos crescentes com as potências ocidentais em plena expansão comercial, particularmente a Inglaterra. De acordo com Wang (2012), tais tensões culminaram no que a historiografia chinesa denomina “Século da Humilhação” (*bainian guochi*), período no qual a soberania e a integridade territorial da China foram sistematicamente minadas por potências estrangeiras.

Portanto, este artigo tem como objetivo analisar, à luz de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, os principais eventos do “Século da Humilhação” e suas repercussões na formação da política externa contemporânea da China. Conforme a literatura especializada, compreender os processos históricos das Guerras do Ópio e dos tratados impostos é fundamental para explicar o comportamento atual do país no sistema internacional.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Análise qualitativa de documentos históricos (fontes primárias e secundárias) e doutrinários. As fontes primárias foram os textos dos tratados de Nanquim (1842), Bogue (1843) e de Tianjin (1858), fundamentais para a compreensão das imposições sofridas pela China. As fontes secundárias incluíram obras de referência na área de Relações Internacionais

e História, destacando-se o livro “Sobre a China”, de Henry Kissinger, bem como artigos acadêmicos que abordam o tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Primeira Guerra do Ópio

Segundo Fairbank (1992), o comércio britânico com a China no início do século XIX apresentava grande desequilíbrio, pois os britânicos importavam chá, seda e porcelana em larga escala sem conseguir contrapartidas equivalentes no mercado chinês. De acordo com Hsü (2000), tal situação era fruto do chamado “Sistema de Cantão”, pelo qual o Império Qing¹ restringia o comércio exterior a um único porto e a um número limitado de mercadores autorizados. Essa política refletia a visão confucionista de autossuficiência econômica e centralidade do “Império do Meio”.

Conforme Lovell (2011), diante das restrições impostas, os britânicos adotaram uma nova estratégia: escoar ópio produzido na Índia² para os portos chineses, prática que, ao longo da década de 1830, tornou-se um problema de saúde pública e um fator de desestabilização social. O comissário imperial Lin Zexu, despachado a Cantão em 1839, buscou suprimir o tráfico. Em uma carta célebre dirigida à Rainha Vitória, Lin afirmou:

*I now give my assurance that we mean to cut off this harmful drug for ever... what has already been manufactured Your Majesty must immediately search out and throw to the bottom of the sea... Our Heavenly Court would not have the allegiance of innumerable lands did it not wield superhuman power. Do not say you have not been warned in time.*³ (WALEY, Arthur. *The Opium War*. London: Allen & Unwin, 1958. P. 30-31).

Para dar efetividade às proibições, Lin exigiu a entrega dos estoques de ópio, prendeu comerciantes e reforçou os controles. Em resposta, os britânicos enviaram demandas à corte

¹ O Império Qing foi a última dinastia imperial da China, governando de 1644 a 1912.

² Foi colônia britânica de 1858 a 1947.

³ Declaro agora com firmeza que pretendemos erradicar para sempre essa droga nociva... o que já foi produzido, Vossa Majestade deve imediatamente localizar e lançar ao fundo do mar... Nossa Corte Celestial não teria a lealdade de incontáveis terras se não exercesse um poder sobre-humano. Não digam que vocês não foram avisados a tempo.

Qing e, diante da recusa, empregaram sua superioridade naval para capturar portos chineses, iniciando assim a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842).

Segundo Wang (2012), o conflito inaugurou a era dos chamados “tratados desiguais” (*unequal treaties*), que os nacionalistas chineses associariam ao início do “Século da Humilhação”. O Tratado de Nanquim de 1842 (TREATY OF NANKING, 1842), primeiro acordo dessa natureza, obrigou a China a ceder Hong Kong, abrir cinco portos ao comércio estrangeiro e pagar uma pesada indenização à Grã-Bretanha. No ano seguinte, o Tratado de Bogue (TREATY OF BOGUE, 1843) complementou as imposições do Tratado de Nanquim ao introduzir cláusulas de extraterritorialidade e de “nação mais favorecida”. De acordo com Hsü (2000), o controle jurisdicional do Império Qing sobre estrangeiros em seu território foi retirado pela extraterritorialidade, que atribuía julgamentos referentes a matérias observadas pelos artigos VI, IX, XV ao consulado britânico, diminuindo assim o poder das autoridades chinesas. Já a cláusula de “nação mais favorecida” (TREATY OF BOGUE, 1843, art. VIII) garantia à Grã-Bretanha que qualquer privilégio concedido posteriormente a outra potência estrangeira deveria ser automaticamente estendido aos britânicos. Esses termos foram o início de um século de humilhação, que gradualmente desmantelou a soberania chinesa.

3.2 Segunda Guerra do Ópio

Anos após a derrota chinesa na primeira Guerra do Ópio as tensões não diminuíram, pelo contrário, intensificaram-se. A Corte do Império Qing manteve restrições ao comércio e impediu o acesso ao interior do país, o que gerou crescente frustração nas potências ocidentais. Devido a todas essas tensões um conflito era iminente, e conforme ensina Hsu, em sua obra *The rise of modern China* (HSÜ, 2000) seu estopim ocorreu em 1856, quando as autoridades chinesas inspecionaram o navio *Arrow*, de bandeira britânica, e prenderam sua tripulação sob a acusação de pirataria. Esse episódio foi interpretado como afronta à soberania britânica e violação dos tratados vigentes, servindo de pretexto para uma nova intervenção militar.

De acordo com Fairbank (1992) e Hsü (2000), a guerra dividiu-se em duas fases. A primeira encerrou-se com a assinatura do Tratado de Tianjin (1858), que previa, entre outras medidas, a abertura de novos portos, o direito de deslocamento de estrangeiros pelo interior da

China e a instalação de legações em Pequim (JAPAN, 1858). No entanto, a Corte Qing se recusou a ratificar o tratado, o que levou à retomada das hostilidades no episódio conhecido como Repulsa de Dagou, em 1859, quando forças anglo-francesas enviadas rumo a Pequim para pressionar a Corte Qing a ratificar o tratado se depararam com um forte altamente protegido no rio Hai, o Forte de Dagou, o qual repeliu as forças estrangeiras infligindo pesadas baixas. Esse episódio, denominado Repulsa de Dagou, marcou o início da segunda parte da guerra.

Conforme Fairbank (1992) e Hsü (2000), após a recusa da Corte Qing em ratificar o Tratado de Tianjin, britânicos e franceses intensificaram as operações militares para forçar o cumprimento das exigências ocidentais. Em 1860 uma expedição conjunta anglo-francesa capturou os Fortes de Dagou, abrindo caminho para Pequim. De acordo com Lovell (2011), as tropas invadiram a capital e promoveram o saque e a destruição do Palácio de Verão (*Yuanmingyuan*), onde estavam preservados inúmeros documentos oficiais e objetos artísticos chineses acumulados ao longo de séculos. Esse episódio, frequentemente apontado pela historiografia como um dos símbolos do “Século da Humilhação”, visava punir a resistência chinesa e demonstrar a superioridade ocidental. Após o ataque, foi assinada a Convenção de Pequim (1860), que ratificou o Tratado de Tianjin, legalizou o comércio do ópio, estabeleceu legações estrangeiras permanentes em Pequim e impôs elevadas indenizações de guerra. Essas medidas, segundo Fairbank (1992) e Hsü (2000), consolidaram a perda de soberania do Império Qing e aprofundaram a desigualdade jurídica inaugurada pelos tratados anteriores.

3.3 A Queda do Império

A dinastia Qing, que permaneceu aproximadamente 268 anos no poder, encontrava-se à beira do colapso no início do século XX. Segundo Fairbank (1992) e Hsü (2000), esse período foi marcado por intensos conflitos internos, intervenções estrangeiras e perda gradual de soberania, fatores que culminaram na queda do regime imperial em 1912. Entre os principais eventos que levaram à queda destacam-se as duas Guerras do Ópio já descritas, a Rebelião Taiping (1850-1864), a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), a Revolta dos Boxers (1899-1901) e a Revolução de Xinhai (1911-1912).

De acordo com Spence (1999), a Rebelião Taiping foi um dos conflitos civis mais sangrentos da história moderna, com estimativas que variam de 20 a 30 milhões de mortos – algumas fontes chegam a mencionar até 50 milhões. Essa rebelião foi especialmente devastadora porque combinou combate direto contra as forças imperiais com fome e doenças generalizadas. Conforme Hsü (2000), o conflito drenou recursos essenciais do governo Qing e enfraqueceu sua capacidade de resposta às potências ocidentais, de modo que, no início da Segunda Guerra do Ópio, o Império já se encontrava debilitado e ainda precisava enfrentar a aliança anglo-francesa enquanto lidava com a rebelião interna.

Outro evento crucial para a queda do poder imperial foi a Revolta dos Boxers. Trata-se de um movimento popular anti-estrangeiro liderado por grupos de artistas marciais, cujos alvos principais eram estrangeiros e missionários cristãos. Segundo Wang (2012), a Corte Qing inicialmente apoiou o movimento como forma de resistir à ingerência ocidental, mas este acabou esmagado pela Aliança das Oito Nações (França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Japão, Alemanha, Áustria-Hungria e Itália). Como consequência, a China foi submetida a mais um tratado desigual, o Protocolo Boxer de 1901 (ou Protocolo de Pequim), que estabeleceu pesadas indenizações e permitiu a ocupação militar estrangeira em áreas estratégicas do território chinês (PROTOCOLO BOXER, Art. IX).

Por fim a Revolução Xinhai representou o ponto de inflexão definitivo, encerrando mais de dois milênios de regime imperial e instaurando a República da China. Conforme Hsü (2000), o movimento foi alimentado pela insatisfação das províncias e pela atuação de intelectuais reformistas, muitos deles educados no exterior, que viam na república a única forma de salvar a nação. Sun Yat-sen, líder central do processo revolucionário, proclamou em 1912 a República da China e a presidência provisória.

Instaurada a república, a estabilidade não se manteve por muito tempo. Segundo Fairbank (1992), Sun Yat-sen não possuía poder militar suficiente para unificar o país e, temendo possíveis revoltas das províncias, transferiu o poder para Yuan Shikai, um poderoso general que mais tarde tentou proclamar-se imperador. Após o fracasso dessa tentativa e a morte de Yuan, a China mergulhou no chamado Período dos Senhores da Guerra, caracterizado por fragmentação política e conflitos internos, criando, conforme Kissinger (2011), o terreno para a ascensão do Partido Comunista Chinês décadas depois.

3.4 Era Mao

Após todos os eventos descritos observa-se o movimento que encerrou simbolicamente o chamado “Século da Humilhação”: a ascensão do Partido Comunista Chinês (PCC). Segundo Spence (1999) e Hsü (2000), a China encontrava-se mergulhada em uma guerra civil entre os nacionalistas de Chiang Kai-shek e os comunistas liderados por Mao Zedong. De acordo com Wang (2012) a invasão japonesa de 1937 expôs a incapacidade das instituições tradicionais chinesas de proteger o país, fato que fortaleceu o discurso de Mao, centrado na humilhação nacional e no sentimento coletivo de injustiça. Conforme Chen (2001), essa narrativa foi decisiva para o avanço do PCC e para a legitimação do seu projeto político, culminando na vitória comunista em 1949.

Em 21 de setembro de 1949, durante a *First Plenary Session of the Chinese People's Political Consultative Conference*⁴, Mao Zedong declarou que “*the Chinese people have stood up*”⁵, frase emblemática que simboliza o rompimento com décadas de humilhação e domínio estrangeiro (US-China Institute). Esse pronunciamento precedeu a proclamação formal da República Popular da China em 1º de outubro. A partir desse momento, a política externa chinesa se pautou num nacionalismo radical e num anti-imperialismo explícito, rejeitando a ordem internacional definida pelos tratados desiguais e enfatizando a defesa da soberania nacional. Conforme Hsü (2000), esse novo discurso serviu também para legitimar o regime comunista internamente, associando-o ao fim de um passado marcado pela dependência e pela opressão externa.

4 CONCLUSÃO

Em síntese, a análise dos eventos que compõem o chamado “Século da Humilhação” evidencia como as experiências de ingerência externa, perda de soberania e imposição dos tratados desiguais moldaram de forma duradoura a percepção chinesa sobre política internacional. Essa memória histórica continua a influenciar a formulação de estratégias contemporâneas de Pequim, tanto no plano interno, reforçando a legitimidade do Partido Comunista Chinês, quanto no plano externo, orientando uma postura assertiva e de defesa da

soberania nacional. Nesse contexto, a Iniciativa do Cinturão e Rota (Nova Rota da Seda) e o crescente protagonismo chinês em instituições multilaterais expressam a tentativa de reconfigurar a ordem internacional, invertendo a lógica dos tratados desiguais e apresentando um modelo próprio de integração econômica. Além disso, observa-se um esforço simultâneo de fortalecimento militar, busca por multipolaridade e utilização de instrumentos de soft power⁶ para ampliar sua influência global, estratégias que refletem um padrão histórico de resposta à dominação estrangeira. Conclui-se, portanto, que o estudo do “Século da Humilhação” é fundamental para compreender as ações e as motivações da China atual e futura, pois fornece o arcabouço simbólico e histórico que ancora seu comportamento externo e seus projetos de longo prazo.

5 REFERÊNCIAS

Kissinger H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

FAIRBANK, John King. **China: A New History**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

LOVELL, Julia. **The Opium War: Drugs, Dreams and the Making of China**. London: Picador, 2011.

WALEY, Arthur. **The Opium War**. London: Allen & Unwin, 1958. p. 30–31.

WANG, Zheng. **Never Forget National Humiliation: Historical Memory in Chinese Politics and Foreign Relations**. New York: Columbia University Press, 2012.

JAPAN. **Treaty of Tientsin (1858)**. Disponível em: <https://worldjpn.net/documents/texts/pw/18580626.T1E.html>. Acesso em: 14 set. 2025.

JAPAN. **Treaty of Nanking (1842)**. Disponível em: <https://worldjpn.net/documents/texts/pw/18420829.T1E.html>. Acesso em: 14 set. 2025.

JAPAN. **Treaty of Bogue (1843)**. Disponível em: <https://worldjpn.net/documents/texts/pw/18431008.T1E.html>. Acesso em: 14 set. 2025.

HSÜ, Immanuel C. Y. **The rise of modern China**. 6. ed. New York: Oxford University Press, 2000.

PROTOCOLO BÓXER, 1901. *Peace Agreement between the Great Powers and China*. Disponível em: <https://reparations.qub.ac.uk/assets/uploads/Boxer-Protocol.pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

SPENCE, Jonathan D. *The Search for Modern China*. New York: W.W. Norton, 1999.

US-China Institute. *“The Chinese People Have Stood Up!” Speech by Mao Zedong, First Plenary Session of the Chinese People's Political Consultative Conference, 21 setembro 1949*. Disponível em: <https://china.usc.edu/node/20323>. Acesso em: 14 set. 2025.